



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Mestrado em Psicologia Forense

**RELAÇÃO ENTRE EXPERIÊNCIAS NA INFÂNCIA E
COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL: EXPERIÊNCIAS
ADVERSAS E BENEVOLENTES NUMA AMOSTRA
FORENSE DE HOMENS E MULHERES**

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense, orientada pela Professora Ana Rita Cruz.

Rita Maria Taveira Pinto Gomes

2024

www.ulusofona.pt

Rita Maria Taveira Pinto Gomes

Relação entre experiências na infância e comportamento antissocial: experiências adversas e benevolentes numa amostra forense de homens e mulheres

U N I V E R S I D A D E



LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Mestrado em Psicologia Forense

RITA MARIA TAVEIRA PINTO GOMES

**RELAÇÃO ENTRE EXPERIÊNCIAS NA INFÂNCIA E
COMPORTAMENTO ANTISOCIAL: EXPERIÊNCIAS
ADVERSAS E BENEVOLENTES NUMA AMOSTRA
FORENSE DE HOMENS E MULHERES**

VERSÃO FINAL

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa no dia 29/01/2025, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº1021/2024 com a seguinte composição:

Presidente: Prof^ª Doutora Carolina D'All Antónia da Motta;

Arguente: Prof^ª Doutora Andreia Rodrigues (ISPA);

Orientador: Prof^ª Doutora Ana Rita Pereira Cruz.

Lisboa

2024

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais, por todo o apoio e esforço durante o meu percurso académico. Ao meu pai, que até ao seu último dia, sempre priorizou a minha formação e bem-estar, respeitou as minhas escolhas e sempre demonstrou o seu orgulho por mim através da sua forma de ser muito particular. À minha mãe, por nunca me ter deixado desistir e por ter estado do meu lado e apoiado a continuar após a maior perda da nossa vida, pois sem ela não teria sido possível terminar a licenciatura em Psicologia e terminar o mestrado, algo que sempre ambicionei e desejei.

Agradecer à professora Ana Rita Cruz, por todo o apoio, paciência e compreensão durante todo este percurso, por ter estado sempre disponível e por ter tantas vezes compreendido os meus receios e ter tornado este caminho mais fácil.

Às minhas colegas e amigas, Rita e Margarida, por me terem aturado e estado sempre do meu lado nestes 2 anos de mestrado, por terem tornado este percurso muito mais feliz. Sem dúvida que a faculdade me deu duas amigas para a vida.

À minha amiga Inês, um obrigada não chega por tudo o que representa para mim. Uma colega de trabalho, que se tornou a amiga mais leal e compreensiva que eu tenho do meu lado. Agradecer por estar sempre comigo mesmo quando estamos “longe”, por nunca ter largado a minha mão e ter estado sempre presente nos bons e maus momentos.

À minha amiga Patrícia, um presente que recebi do estágio curricular, agradecer pelo apoio incondicional e por festejar as minhas conquistas como se fossem suas. Uma amiga que o estágio me deu para a vida e que me compreende com o olhar. A faculdade não me proporcionou apenas colegas e amigas de turma, também me deu a oportunidade de estagiar numa Casa de Acolhimento, algo que jamais imaginei e que neste momento ambiciono para o meu futuro, bem como me deu pessoas para a vida como todos os profissionais e jovens.

Por fim, quero agradecer a todos os que de alguma forma contribuíram para a conclusão desta etapa da minha vida.

Resumo

As experiências adversas e benevolentes, ao longo da infância e adolescência, podem ser determinantes no desenvolvimento de problemas comportamentais. O presente estudo teve como objetivo analisar a relação existente entre o comportamento antissocial e as experiências adversas e benevolentes na infância, verificando se essas experiências têm impacto positivo ou negativo na idade adulta e se contribuem para o desenvolvimento de comportamentos antissociais. A amostra foi composta por 282 reclusos do sexo masculino e feminino e com idades compreendidas entre os 20 e os 84 anos. Os participantes responderam a um protocolo de instrumentos, tendo sido apenas considerados para este estudo o Questionário Sociodemográfico, o Questionário Jurídico-Penal, o Questionário de História na Infância, a Escala de Experiências Benevolentes na Infância e a Escala de Desejabilidade Social. As hipóteses do estudo foram analisadas através de análises de correlação e testes de diferenças de médias. Os resultados demonstraram uma correlação positiva entre as experiências adversas na infância e o comportamento antissocial, bem como uma correlação negativa entre as experiências benevolentes na infância e o comportamento antissocial. Quanto à relação entre as experiências e o sexo masculino e feminino, verificou-se que não existem diferenças significativas entre as médias dos grupos. A ausência de diferenças significativas entre os sexos demonstra que as experiências na infância impactam de modo semelhante homens e mulheres. Compreender de que forma as experiências adversas e benevolentes na infância moldam o comportamento ao longo da vida, reforça a importância de crescer em ambientes positivos.

Palavras-chave: experiências adversas na infância, experiências benevolentes na infância, comportamento antissocial, infância, amostra forense, psicologia

Abstract

Adverse and benevolent experiences during childhood and adolescence can be a determining factor in the development of behavioral problems. The aim of this study was to analyze the relationship between antisocial behavior and adverse and benevolent experiences in childhood, to see if these experiences have a positive or negative impact in adulthood and if they contribute to the development of antisocial behavior. The sample consisted of 282 male and female inmates aged between 20 and 84. The participants answered a protocol of instruments, and only the Sociodemographic Questionnaire, the Legal-Penal Questionnaire, the Childhood History Questionnaire, the Scale of Benevolent Experiences in Childhood and the Social Desirability Scale were considered for this study. The study's hypotheses were analyzed using correlation analyses and difference of means tests. The results showed a positive correlation between adverse childhood experiences and antisocial behavior, as well as a negative correlation between benevolent childhood experiences and antisocial behavior. Regarding the relationship between experiences and male and female gender, it was found that there were no significant differences between the means of the groups. The lack of significant differences between the sexes shows that childhood experiences have a similar impact on men and women. Understanding how adverse and benevolent experiences in childhood shape behavior throughout life reinforces the importance of growing up in positive environments.

Keywords: adverse childhood experiences, benevolent childhood experiences, antisocial behavior, childhood, forensic sample, psychology

Siglas e Abreviaturas

ACEs	<i>Adverse Childhood Experiences Scale</i>
BCEs	<i>Benevolent Childhood Experiences Scale</i>
CA	Comportamento Antissocial
CEDIC	Comissão de Ética e Deontologia da Investigação Científica
CPP	Código de Processo Penal
CNV	Crime Não Violento
CV	Crime Violento
DGRSP	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
EAI	Experiências Adversas na Infância
EBI	Experiências Benevolentes na Infância
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SDRS-5	<i>Socially Desirable Response Set-5</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SSI	Sistema de Segurança Interna

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Siglas e Abreviaturas.....	6
Lista de Tabelas	8
Introdução	9
Comportamento Antissocial	9
Tipos de Crime	10
Experiências Adversas na Infância.....	10
Experiências Benevolentes na Infância	11
Amostra Forense.....	12
Presente Estudo	12
Método	14
Participantes	14
Instrumentos	16
Procedimento.....	17
Análise de Dados.....	18
Resultados.....	19
Experiências Adversas na Infância.....	19
Experiências Benevolentes na Infância	20
Desejabilidade Social	20
Teste à Hipótese 1	21
Teste à Hipótese 2	22
Teste à Hipótese 3	22
Teste à Hipótese 4	22
Discussão.....	23
Limitações do estudo.....	25
Referências	27

Lista de Tabelas

Tabela 1. <i>Caracterização sociodemográfica e jurídico-penal</i>	14
Tabela 2. <i>Prevalência total das EAI</i>	19
Tabela 3. <i>Prevalência das EAI por categoria e sexo</i>	19
Tabela 4. <i>Prevalência total das EBI</i>	20
Tabela 5. <i>Prevalência da Desejabilidade Social por sexo</i>	20

Introdução

Comportamento Antissocial

Os comportamentos antissociais (CA) caracterizam-se por atos “que violam as normas e os valores da sociedade” (Braga et al., 2018, p. 93) e que infringem os direitos básicos de outrem. A manifestação destes comportamentos pode ocorrer através de agressões, incumprimento de regras e delinquência (Jansen, 2022), podendo levar a baixos níveis de escolaridade, desemprego, abuso de álcool e/ou outras drogas, crime, problemas familiares e transmissão intergeracional do CA (Beelmann et al., 2023).

É durante a infância e adolescência que o CA é mais prevalente, divergindo em termos de duração e de gravidade no desenvolvimento social (Beelmann et al., 2023; Jansen, 2022). São diversas as teorias que procuram explicar a relação entre maus-tratos e CA. A Teoria da Aprendizagem Social desenvolvida por Bandura (1989) defende que as crianças aprendem comportamentos, atitudes e reações emocionais através da observação de quem lhes é mais próximo. As crianças quando expostas a ambientes familiares de violência e maus-tratos, tendem a internalizar esses comportamentos como algo normativo e aceitável, fazendo com que sejam mais propensas à sua reprodução, comparativamente a crianças que vivem em ambientes não violentos. Esta teoria pressupõe que a adoção de comportamentos, como os violentos, é algo adquirido e transmitido de geração em geração (Braga et al., 2018).

A relação entre pais e filhos também pode influenciar o desenvolvimento social e comportamental da criança. A Teoria da Vinculação proposta por Bowlby (1969, 1973), enfatizou o impacto da vinculação no desenvolvimento de capacidades de socialização por parte das crianças. Segundo essa teoria, o desenvolvimento de uma autoestima saudável, confiança nas relações interpessoais e capacidade de regular emoções, advém de respostas consistentes e adequadas por parte dos cuidadores às necessidades da criança (vinculação segura). Em contrapartida, se as respostas não forem adequadas (vinculação insegura), são associadas dificuldades emocionais e comportamentais da criança, nomeadamente, problemas de confiança, dificuldade em formar relações saudáveis e maior propensão para desenvolver CA. Esta teoria ainda destaca o impacto que a vinculação na infância pode ter na idade adulta, principalmente em casos de vinculação insegura, como depressão, ansiedade, dificuldade em estabelecer relações próximas e de confiança (Beelmann et al., 2023; Henriques, 2016).

Quanto à prevalência de CA em homens e mulheres, foi possível verificar que os homens têm maior propensão para os desenvolver, nomeadamente, comportamentos de maior

gravidade. Por outro lado, as mulheres têm maior propensão para desenvolver CA internalizantes como mentiras e manipulação (Moffitt & Caspi, 2001).

Tipos de Crime

No presente estudo, o CA será medido considerando o tipo de crimes perpetrados e, para tal, é necessário definir os crimes violentos (CV) e os crimes não violentos (CNV).

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), os CV são definidos como atos que envolvem “violência física ou psicológica e causam forte sentimento de insegurança” (SSI, 2023). Estes crimes têm um impacto significativo tanto na vítima como na comunidade, contribuindo para uma sensação generalizada de insegurança. Os exemplos enumerados no RASI incluem homicídio, ofensa à integridade física, rapto, sequestro, violação, roubo, extorsão, entre outros. Também considerando o Código de Processo Penal (CPP), este especifica a criminalidade violenta como “as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”. Além disso, o CPP define a criminalidade especialmente violenta como as condutas referidas anteriormente mas cuja pena máxima é igual ou superior a 8 anos de prisão (Lei n.º 48/2007).

Por outro lado, os CNV referem-se a infrações que, embora ilícitas, não envolvem o uso de força física ou a ameaça direta contra a integridade física da vítima, baseando-se a responsabilidade penal do infrator na violação de normas jurídicas ou na intenção de causar prejuízo à vítima (Dias, 2015). Este tipo de crime está incluído no CPP como parte da criminalidade altamente organizada, onde se encontram incluídos crimes como “associação criminosa, tráfico (...), corrupção, participação económica em negócio ou branqueamento” (Lei n.º 48/2007).

Experiências Adversas na Infância

As experiências adversas na infância (EAI) caracterizam-se por um conjunto de experiências negativas como os maus-tratos infantis (e.g., negligência física e/ou emocional; abuso físico, psicológico e/ou sexual), violência entre os pares, isolamento social, incapacidades dos progenitores e/ou familiares (e.g., exposição da criança a episódios de violência doméstica, divórcio dos pais, consumo de substâncias por um ou mais membros da família) e exposição à violência comunitária (Felitti et al., 1998; Ho et al., 2019). A exposição a estas experiências pode divergir quanto à intensidade e gravidade, uma vez que cada sujeito

vivencia cada experiência de forma diferente, podendo impactar de forma negativa o desenvolvimento cognitivo e emocional e o desempenho escolar (Almeida et al., 2021).

Estudos demonstraram que a exposição a maus-tratos na infância está fortemente associada ao desenvolvimento de CA, originando um aumento da probabilidade de perpetrá-los na idade adulta, comparativamente a crianças que não foram expostas a estas mesmas experiências (Braga et al., 2018; Cicchetti & Toth, 2005). Para além dos maus-tratos, também a exposição a outros tipos de EAI, como os mencionados anteriormente, tem sido documentada como uma forte preditora de CA, de desenvolvimento de ansiedade, depressão, ideação suicida, problemas de sono, aumento da reatividade e dificuldade no estabelecimento de relações (Almeida et al., 2021; Anda et al., 2006).

A Teoria da Psicopatologia do Desenvolvimento, desenvolvida por Toth e Cicchetti (2013), procura compreender de que forma as experiências positivas e negativas vividas na infância têm influência no desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Esta teoria defende que crescer em ambientes de abuso, negligência e exposição a traumas, aumentam a exposição das crianças a fatores de risco emocionais, cognitivos e interpessoais, que prejudicam o seu desenvolvimento a nível psicológico, social, cognitivo e emocional.

A prevenção destes comportamentos pode ocorrer através da promoção e controlo de comportamentos parentais adequados, bem como através da investigação acerca da origem de CA na idade adulta, que poderá beneficiar de uma melhor compreensão da relação que existe entre estes construtos (Jansen, 2022).

Experiências Benevolentes na Infância

As experiências benevolentes na infância (EBI) podem atuar como fatores de proteção, perante a ocorrência de EAI, promovendo um funcionamento positivo na idade adulta (Almeida et al., 2021). São exemplos destas experiências os vínculos saudáveis, comportamentos parentais eficazes e relacionamentos saudáveis na comunidade, levando a um aumento de resiliência, habilidades sociais, saúde física e mental (Almeida et al., 2021; Narayan et al., 2018).

A evidência empírica existente tem demonstrado que o estabelecimento de relações seguras e saudáveis, bem como comportamentos parentais eficazes, têm um impacto positivo a longo prazo nos indivíduos, comparativamente a indivíduos que não tenham vivenciado experiências positivas na infância (Almeida et al., 2021; Narayan et al., 2018). No entanto, ainda são poucos os estudos focados no impacto destas experiências e no seu papel como fator de proteção perante a exposição a EAI (Almeida et al., 2023; Crandall et al., 2019).

Segundo a Teoria da Psicopatologia do Desenvolvimento (Toth & Cicchetti, 2013), crescer em ambientes seguros e com experiências positivas, potencia capacidades como a resiliência, autocontrolo e regulação emocional, agindo como fatores de proteção, mesmo na presença de EAI.

Também a Teoria da Resiliência (Masten & Cicchetti, 2016), procura compreender de que forma os indivíduos superam as adversidades, uma vez que, segundo esta teoria, a resiliência, enquanto capacidade de adaptação face a episódios de vida traumáticos, não é algo inato mas sim um processo dinâmico e em constante evolução, que é influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e ambientais. Os autores defendem que a resiliência pode ser desenvolvida e fortalecida através de experiências positivas e relações seguras.

Amostra Forense

Almeida e seus colaboradores (2023) realizaram um estudo com população reclusa do sexo masculino ($n = 343$) e feminino ($n = 81$) com o objetivo de observar o papel das EBI como moderador das EAI. Foi possível verificar uma elevada prevalência da exposição a EAI, nomeadamente, a experiências de abuso físico em ambos os sexos.

Os resultados demonstraram que EAI como o abuso emocional são mais frequentes no sexo masculino, enquanto a negligência emocional e o abuso sexual são mais frequentes no sexo feminino (Almeida et al., 2023). Apesar da diferença no tamanho da amostra entre o sexo masculino e o sexo feminino, os autores concluíram que os resultados obtidos vão ao encontro da literatura existente, ou seja, a exposição a EBI pode ter um papel atenuador nos efeitos das EAI, podendo existir diferenças desse impacto no sexo masculino e feminino. Por exemplo, o sexo masculino tem maior tendência de externalizar as suas emoções, podendo levar a comportamentos mais agressivos, enquanto o sexo feminino é mais propenso a internalizar sentimentos e a procurar apoio emocional (Almeida et al., 2023; Alves et al., 2013).

Presente Estudo

A análise das interações entre o CA e as EAI e EBI, desempenha um papel fulcral na compreensão de dinâmicas comportamentais. O presente estudo visa explorar a relação entre estes três construtos, com principal foco na população reclusa, através da compreensão dos fatores que potenciam o desenvolvimento de CA, identificação das experiências com maior impacto nesse desenvolvimento, analisando a presença das EBI e de que forma se associam

com EAI e seus efeitos, nomeadamente, de que forma as experiências têm impacto no envolvimento em CA na idade adulta.

Posto isto, foi realizado um estudo transversal e, considerando os objetivos anteriormente estipulados, foram elaboradas as seguintes hipóteses: (1) as EAI estão positivamente associadas à presença de CA; (2) as EBI estão negativamente associadas à presença de CA; (3) existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres quanto à EAI; (4) existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres quanto à exposição a EBI.

Método

Participantes

A amostra do presente estudo é composta por 282 reclusos (79.8% do sexo masculino e 20.2% do sexo feminino) com idades compreendidas entre os 20 e os 84 anos ($M = 41.45$; $DP = 12.26$). Na grande maioria, os participantes têm nacionalidade portuguesa ($n = 275$; 97.95%), encontravam-se empregados, à data da reclusão, ($n = 164$; 58.2%) e apresentam um nível socioeconómico médio ($n = 115$; 40.8%). Relativamente ao estado civil, há maior prevalência de solteiros ($n = 124$; 44%) e casados ($n = 99$; 35.1%) e identificam-se, maioritariamente, com a orientação heterossexual ($n = 249$; 88.3%).

A nível jurídico-penal, 168 reclusos não cumpriram penas anteriores (59.6%), 251 reclusos não cumpriram medida tutelar educativa (89%) e 239 não tiveram institucionalizações anteriores (84.8%). Os crimes com maior prevalência, nesta amostra, são tráfico de estupefacientes ($n = 38$; 13.5%), tráfico não especificado ($n = 24$; 8.5%), furto ($n = 20$; 7.1%), violência doméstica ($n = 19$; 6.7%), roubo ($n = 18$; 6.4%), burla ($n = 13$; 4.6%) e homicídio ($n = 12$; 4.3%).

Para mais detalhes, consultar a Tabela 1.

Tabela 1.

Caracterização sociodemográfica e jurídico-penal

	<i>n</i>	<i>%</i>
Sexo		
Masculino	225	79.8
Feminino	57	20.2
Orientação Sexual		
Heterossexual	249	88.3
Homossexual	1	0.4
Bissexual	5	1.8
Outro	13	4.6
Omisso	14	5
Nacionalidade		
Cabo Verdiana	1	0.4
Espanhola	3	1.1
Portuguesa	275	97.5
Omisso	3	1.1
Estado Civil		
Solteiro	124	44
Casado	99	35.1
União de facto	15	5.3
Divorciado	35	12.4
Viúvo	5	1.8
Omisso	4	1.4

	<i>n</i>	%
Habilitações Académicas		
Primeiro ciclo (4º ano)	25	8.9
Segundo ciclo (6º ano)	72	25.5
Terceiro ciclo (9º ano)	80	28.4
Ensino secundário (12º ano)	46	16.3
Ensino pós secundário (especializações tecnológicas, nível IV)	36	12.8
Licenciatura	14	5
Mestrado	5	1.8
Sem escolaridade	4	1.4
Situação Profissional		
Estudante	28	9.9
Trabalhador-Estudante	4	1.4
Empregado	164	58.2
Desempregado	64	22.7
Reformado	15	5.3
Omisso	7	2.5
Nível Socioeconómico		
Baixo	74	26.2
Médio-baixo	29	10.3
Médio	115	40.8
Médio-alto	38	13.5
Alto	11	3.9
Omisso	15	5.3
Filhos		
Sim	200	70.9
Não	81	28.7
Omisso	1	0.4
Consumo de Bebidas Alcoólicas		
Sim	88	31.2
Não	185	31.2
Omisso	9	3.2
Consumo de Outras Substâncias		
Sim	103	36.5
Não	175	62.1
Omisso	4	1.4
Crimes		
Violento	93	33
Não Violento	129	45.7
Ambos	39	13.8
Omisso	21	7.4
Penas Anteriores		
Sim	112	39.7
Não	168	59.6
Omisso	2	0.7
Medida Tutelar Educativa		
Sim	19	6.7
Não	251	89
Omisso	12	4.3
Institucionalização Anteriores		
Sim	37	13.1
Não	239	84.8
Omisso	6	2.1

Instrumentos

No âmbito do projeto “Relação entre experiências na infância e comportamento antissocial”, em que se encontra inserido este estudo, foi aplicado um protocolo de instrumentos mais alargado aos participantes. Tendo em conta os objetivos definidos, apenas serão considerados os instrumentos referidos em seguida.

O **Questionário Sociodemográfico** destinou-se à recolha de informações acerca dos participantes, nomeadamente, género, orientação sexual, idade, nacionalidade, estado civil, habilitações académicas, situação profissional, nível socioeconómico, se tinham filhos (em caso afirmativo, quantos), antecedentes psiquiátricos (em caso afirmativo, quais), consumo de álcool (em caso afirmativo, se os descreve como normativos ou problemáticos) e consumo de outras substâncias (em caso afirmativo, quais).

O **Questionário Jurídico-Penal** focou-se na recolha de informações relativamente às penas e crimes cometidos pelos participantes, penas anteriores (em caso afirmativo, quais e idade da primeira pena), existência de Processos Tutelares Educativos (em caso afirmativo, quais os motivos), institucionalizações anteriores (em caso afirmativo, referir se ocorreu em Centro Educativo, Lar de Infância e Juventude ou outro).

O **Questionário de História na Infância** (*Adverse Childhood Experiences Scale*; ACEs; Felitti et al., 1998; versão portuguesa de Silva & Maia, 2008) destina-se à avaliação da presença de EAI, através das experiências como o abuso e a negligência a longo prazo, potenciais doenças físicas e mentais, qualidade de vida e mortalidade (Felitti et al., 1998; Finkelhor et al., 2015). É um questionário de autorrelato, composto por 17 itens, destinado a adultos e com respostas dicotómicas (sim/não). É composto por 10 categorias de EAI, como as experiências contra o indivíduo (e.g., abuso emocional, físico e/ou sexual), ambiente familiar disfuncional (e.g., consumo de substâncias ilícitas, psicopatologias e/ou suicídio, exposição a violência doméstica, divórcio e/ou separação parental, detenção de um membro da família) e negligência (e.g., física e/ou emocional). A cotação dos itens é realizada considerando o valor “0” quando a experiência não é relatada e o valor “1” quando as experiências são relatadas pelo participante, tendo em conta que os itens se destinam a experiências vivenciadas antes dos dezasseis anos de idade (Alves et al., 2013). Quanto à consistência interna, não foi possível verificar o valor de alfa de *Cronbach*, pois trata-se de um instrumento com itens dicotómicos.

A **Escala de Experiências Benevolentes na Infância** (*Benevolent Childhood Experiences Scale*; BCEs; Narayan et al., 2018; versão portuguesa de Almeida et al., 2021) é composta por 10 itens que avaliam a presença de fatores protetores e experiências positivas na

infância dos participantes. As respostas são de formato dicotómico (sim/não), em que o valor 0 é atribuído à resposta “não” e o valor 1 à resposta “sim”. Os itens são cotados numa escala de 0 a 10, sendo que uma pontuação mais elevada indica uma maior exposição a experiências positivas na infância (Almeida et al., 2021). Como referido no instrumento anterior, não foi possível verificar o valor de alfa de *Cronbach*, pois trata-se de um instrumento com itens dicotómicos.

A **Escala de Desejabilidade Social** (*Socially Desirable Response Set-5*; SDRS-5; Hays et al., 1989; versão portuguesa de Pechorro et al., 2019) foi desenvolvida com o intuito de avaliar a desejabilidade social, i.e., a tendência que os indivíduos têm para responder de determinada forma que, no seu entender, é considerada mais aceitável do que a resposta verdadeira para si (Pechorro et al., 2019). É uma medida de autorresposta e de formato breve, constituída por 5 itens e cotada numa escala de 5 pontos entre "totalmente verdadeiro" (1 ponto) e "totalmente falso" (5 pontos). A análise dos resultados é realizada considerando que a obtenção de uma pontuação mais alta é indicadora de uma maior desejabilidade social. Considera-se relevante analisar esta variável, uma vez que, a população reclusa tem apresentado elevados níveis de desejabilidade social em diversos estudos realizados (Davis et al., 2012; Penajoia et al., 2015). Relativamente à consistência interna do instrumento, tanto a versão original como a versão portuguesa apresentaram um alfa de *Cronbach* de .66 a .68 (Hays et al., 1989; Pechorro et al., 2019), valor considerado marginalmente aceitável, dado que o mínimo recomendado é .70. Em contrapartida, num estudo exploratório realizado com uma amostra forense de jovens do sexo masculino e feminino, o instrumento demonstrou um alfa de *Cronbach* de .73 (Pechorro et al., 2016). A análise realizada com a amostra do presente estudo demonstrou uma consistência interna fraca ($\alpha = .32$).

Procedimento

Após aprovação do estudo por parte da Comissão de Ética e Deontologia da Investigação Científica (CEDIC), foi solicitada autorização à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) para a realização da recolha de dados, presencialmente, em estabelecimentos prisionais de Portugal continental. Para participarem no estudo, os participantes deviam cumprir critérios de inclusão, tais como: ter idade igual ou superior a 18 anos; compreensão escrita e oral da língua portuguesa; e capacidade de consentir.

Após a entrega do consentimento informado, foi realizada a aplicação dos protocolos de instrumentos num ambiente adequado e que garantisse a privacidade dos participantes. Com

vista a minimizar eventuais consequências negativas para os participantes e considerando as suas necessidades individuais, os instrumentos foram aplicados por estudantes de psicologia treinados para o efeito. Uma vez que se trata de informação sensível (i.e., informação relacionada com experiências traumáticas e perpetração de ações agressivas), os participantes poderiam ser encaminhados para apoio psicológico, se necessário e/ou solicitado.

Os dados foram recolhidos através de auto-relato, numa sessão única com duração de 30 minutos, aproximadamente. Posteriormente, foram inseridos numa base de dados com a utilização de códigos alfanuméricos para identificação dos participantes e anonimização dos seus dados pessoais.

Análise de Dados

Os dados foram analisados através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) na versão 28.0. A caracterização da amostra foi realizada com recurso à estatística descritiva, nomeadamente, médias, desvio-padrão e frequências. Para analisar a relação entre as variáveis, realizaram-se correlações de ponto bisserial e testes *t*, considerando os pressupostos de cada análise. No ponto bisserial foram considerados a linearidade, i.e., a relação entre as variáveis deve ser linear; a homogeneidade de variância, ou seja, a variância da variável contínua deve ser semelhante em ambos os grupos da variável dicotómica; a independência das observações; a amostra deve ter um tamanho considerável para garantir a estabilidade dos resultados. Quanto ao teste *t*, os pressupostos foram a homogeneidade de variâncias; a normalidade (i.e., a variável dependente deve ser normalmente distribuída em cada grupo); as observações serem independentes entre si; a variável dependente ser contínua e medida numa escala intervalar.

Resultados

Experiências Adversas na Infância

A Tabela 2 apresenta os dados relativamente à prevalência de EAI, nomeadamente, o número de EAI no sexo masculino e feminino. É possível concluir que o sexo masculino tem uma prevalência superior de EAI, mas também de ausência destas experiências, comparativamente ao sexo feminino.

Tabela 2.

Prevalência total das EAI

Número de Experiências Adversas na Infância	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
0	86	38.2	33	57.9
1	32	14.2	6	10.5
2	23	10.2	4	7
3	15	6.7	3	5.3
≥ 4	69	30.7	11	19.3

A Tabela 3 demonstra a prevalência das EAI por categoria (negligência e abuso) e por sexo. Os dados recolhidos demonstram, uma vez mais, maior prevalência no sexo masculino, tanto na categoria negligência como abuso, embora nesta, a diferença tenha sido menos significativa.

Foi realizado um teste *t* para verificar se existiam diferenças entre de médias entre as categorias. Na categoria negligência, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino ($M = .684$; $DP = 1.111$) e o sexo feminino ($M = .648$; $DP = 1.151$), $t(277) = .214$; $p = .831$. Quanto à categoria abuso, os resultados demonstraram que não há diferenças significativas entre o sexo masculino ($M = 1.320$; $DP = 1.751$) e o sexo feminino ($M = 1.070$; $DP = 1.801$), $t(280) = .957$; $p = .340$.

Tabela 3.

Prevalência das EAI por categoria e sexo

	Número de Experiências na Infância											
	0		1		2		3		≥ 4		Omisso	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Negligência												
Masculino	145	64.4	38	16.9	18	8	16	7.1	8	3.6	0	0
Feminino	37	65	7	12.3	5	8.8	2	3.5	3	5.2	3	5.2
Abuso												

	Número de Experiências na Infância											
	0		1		2		3		≥ 4		Omisso	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Masculino	115	51.1	37	16.4	19	8.4	16	7.1	38	16.9	0	0
Feminino	37	64.9	5	8.8	4	7	4	7	7	12.3	0	0
Disfunção												
Masculino	36	16	16	7.1	12	5.3	5	2.2	28	12.4	128	56.9
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	3	5.26	54	94.7

Por fim, foi realizado um teste de qui quadrado para verificar se existe associação entre as categorias de EAI (negligência e abuso) e o tipo de crime (violento e não violento). Relativamente à negligência, não se observaram associações estatisticamente significativas (χ^2 (2, $N = 258$) = 4.002; $p = .135$), ou seja, o tipo de crime não tem influência nesta categoria de EAI. Também na categoria abuso não se verificaram associações estatisticamente significativas entre as variáveis (χ^2 (2, $N = 258$) = 3.078; $p = .215$).

Experiências Benevolentes na Infância

A tabela 5 apresenta a prevalência das EBI no sexo masculino e feminino, sendo possível concluir que há uma grande predominância de EBI em ambos os sexos, bem como a prevalência de EAI relatadas neste estudo.

Tabela 4.

Prevalência total das EBI

Número de Experiências Benevolentes na Infância	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
0	1	0.4	0	0
1	1	0.4	1	1.8
2	0	0	1	1.8
3	4	1.8	0	0
≥ 4	219	97.3	55	96.4

Desejabilidade Social

Tabela 5.

Prevalência da Desejabilidade Social por sexo

Desejabilidade Social	1		2		3		4		5		Omisso	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Sou sempre simpático, mesmo com pessoas que são mal-educadas.												

Desejabilidade Social	1		2		3		4		5		Omisso	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Masculino	38	16.9	55	24.4	62	27.6	47	20.9	18	8	5	2.2
Feminino	13	22.8	14	24.5	9	15.7	14	24.5	6	10.5	1	1.7
Já me aproveitei de outras pessoas para meu ganho pessoal.												
Masculino	19	8.4	55	24.4	26	11.6	62	27.6	52	23.1	11	4.9
Feminino	14	24.5	5	8.7	8	14	13	22.8	16	28	1	1.7
Por vezes, tento vingar-me em vez de perdoar e esquecer.												
Masculino	21	9.3	38	16.9	31	13.8	65	28.9	55	24.4	15	6.7
Feminino	9	15.7	6	10.5	8	14	16	28	16	28	2	3.5
Por vezes, fico chateado quando não consigo o que quero.												
Masculino	29	12.9	94	41.8	40	17.8	34	15.1	18	8	10	4.4
Feminino	13	22.8	10	17.5	18	31.5	7	12.2	8	14	1	1.7
Ouçõ sempre com muita atenção todas as pessoas com quem falo.												
Masculino	61	27.1	94	41.8	40	17.8	13	5.8	9	4	8	3.6
Feminino	17	29.8	15	26.3	10	17.5	5	8.7	9	15.7	1	1.7

Tanto o sexo masculino como o feminino demonstraram tendência para comportamentos considerados socialmente desejáveis, como ser simpático e ouvir com atenção. O sexo masculino parece mais propenso a concordar moderadamente com tais comportamentos. Já em relação a atitudes socialmente indesejáveis, como se vingar ou se aproveitar de outros, há uma distribuição semelhante entre os géneros.

Teste à Hipótese 1

A análise de dados demonstrou que a relação entre EAI e CNV não é significativa ($r_{pb} = -.113$; $p = .068$), indicando uma correlação negativa e fraca entre as duas variáveis. Da mesma forma, a relação entre EAI e CV também não revelou significância estatística ($r_{pb} = .014$; $p = .826$), demonstrando uma correlação positiva e fraca, indicando as EAI não estão significativamente associadas com a prática de CV, nesta amostra. Posto isto, a hipótese “as EAI estão positivamente associadas à presença de CA” não é confirmada pelos resultados obtidos, uma vez que não existe relação entre as EAI e os CNV e, apesar da correlação positiva entre as EAI e os CV, esta apresentou resultados fracos, sem significância estatística, o que sugere inexistência de uma associação entre as EAI e a perpetração de CV.

Teste à Hipótese 2

Os resultados demonstraram que a relação entre EBI e o CNV não é significativa ($r_{pb} = .071$; $p = .253$) e indica uma relação positiva e fraca. Similarmente, a relação entre EBI e CV não alcançou significância estatística ($r_{pb} = -.120$; $p = .053$), com uma correlação negativa e fraca, o que implica que os comportamentos antissociais na infância não têm uma relação com a prática de CV. Os resultados apresentados corroboram apenas parcialmente a hipótese, sugerindo que as EBI possam estar mais relacionadas com o não cometimento de CV.

Teste à Hipótese 3

Relativamente à comparação entre o sexo masculino e feminino nas EAI, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas, apesar da média do sexo masculino ($M = 3.027$; $DP = 3.990$) ter sido superior à do sexo feminino ($M = 1.964$; $DP = 3.590$), $t(280) = 1.829$; $p = .068$. Embora a diferença não tenha sido significativa, pode haver uma tendência para o sexo masculino relatar mais EAI comparativamente ao sexo feminino ($d = .271$). Concluindo, os resultados não permitem confirmar a hipótese apesar da diferença de médias.

Teste à Hipótese 4

Por fim, os resultados demonstraram que não existem diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino ($M = 8.595$; $DP = 1.734$) e o sexo feminino ($M = 8.789$; $DP = 1.800$) quanto às EBI, $t(280) = -.748$; $p = .455$. Não é possível confirmar a hipótese definida, uma vez que a diferença entre os grupos não tem uma dimensão relevante ($d = -.111$).

Discussão

A investigação em Psicologia tem-se focado maioritariamente nas EAI e nas suas consequências. No entanto, é de grande relevância compreender a importância das EBI e de que forma atenuam os efeitos das experiências negativas e do impacto negativo que têm no desenvolvimento dos indivíduos, e de que forma podem promover a resiliência. Para tal, é necessário considerar as características individuais de cada indivíduo, o contexto familiar, o estatuto socioeconómico e fatores que têm influência no desenvolvimento e bem-estar (Almeida et al., 2023; Almeida et al., 2021).

O presente estudo procurou contribuir para a investigação da relação entre o desenvolvimento de CA com as EAI e EBI em homens e mulheres, através das hipóteses definidas, que procuraram contribuir para o enriquecimento da evidência empírica, uma vez que os estudos realizados até ao momento, centram-se maioritariamente nas EAI, havendo pouca informação quanto aos efeitos das EBI e, de que forma, atenuam os efeitos das experiências negativas (Almeida et al., 2021), verificando se existem diferenças significativas entre o sexo masculino e feminino quanto ao impacto das EBI (Almeida et al., 2023).

Uma vez que os instrumentos aplicados foram de auto-relato e considerando as questões colocadas, foi aplicado um instrumento para medir a desejabilidade social dos participantes (i.e., a propensão para distorcerem as respostas dadas, para se enquadrarem com o socialmente desejável). Os psicólogos têm investigado a influência da desejabilidade social em questionários de auto-relato, principalmente em população reclusa. Em estabelecimentos prisionais, os reclusos têm tendência para demonstrar motivação, empenho e bom comportamento com o objetivo de obterem benefícios pessoais, podendo levar a um comprometimento da validade dos instrumentos de avaliação (Davis et al., 2012; Pechorro et al., 2016; Pechorro et al., 2019). No presente estudo, a consistência interna do instrumento foi bastante baixa ($\alpha = .32$), o que pode dever-se à variabilidade das respostas e sem uma tendência clara ou por ser um instrumento com poucos itens.

Considerando a literatura existente, é possível observar que os resultados do presente estudo contrariam a evidência empírica. De um modo geral, da análise dos dados recolhidos não foram encontradas associações com magnitude forte e estatisticamente significativas, o que pode significar que os itens medidos podem ser influenciados por variáveis que não foram consideradas para o estudo, para além de que, na presente amostra, os crimes mais reportados foram predominantemente CNV, quando na literatura, a relação EAI criminalidade tende a ser apresentada para os CV. Na análise das categorias das EAI (negligência, abuso e disfunção),

apenas os resultados das análises da disfunção familiar não foram reportados, uma vez que do sexo feminino apenas três participantes responderam, o que inviabilizou a apresentação dos resultados e, conseqüentemente, não permitiu obter uma análise dessa categoria entre sexos.

Relativamente à hipótese “as EAI estão positivamente associadas à presença de CA”, é frequentemente relatado, em estudos anteriores (Anda et al., 2010; Fox et al., 2015) que as EAI estão associadas a um maior risco de CA, tanto violentos como não violentos, tendo demonstrado de forma consistente que as EAI são um forte preditor para diversos tipos de CA e, em particular, os violentos. No entanto, os resultados deste estudo sugerem que, embora as EAI possam influenciar CA, a relação pode ser menos direta do que anteriormente referido, sugerindo que, embora as experiências negativas possam influenciar diversos aspetos do desenvolvimento, a conexão direta com a criminalidade não violenta não se mostra robusta neste estudo (Anda et al., 2006; Felitti et al., 1998). É possível que variáveis contextuais ou características específicas da amostra influenciem essa relação, ou que a influência de EAI sobre CNV seja mediada por outros fatores. Em relação ao CV, a literatura sugere uma relação mais sólida entre EAI e CV. Diversos estudos indicam que as EAI são um fator de risco significativo para agressividade e CV (Herrenkohl et al. 2003; Widom, 1997). Contrariamente, os resultados do presente estudo podem indicar que, apesar da evidência anterior, a relação entre EAI e CV pode ser mais complexa e influenciada por múltiplos fatores. A ausência de uma relação forte pode refletir a necessidade de considerar aspetos adicionais, como o contexto social, o tipo de crime presente na amostra e que maioritariamente é de tipo não violento e os mecanismos individuais que mediam essa associação.

Quanto à hipótese “as EBI estão negativamente associadas à presença de CA”, a literatura sugere que CA na infância podem ser preditores de comportamentos criminosos na idade adulta, e que a presença de EBI pode funcionar como fator protetor desse envolvimento, mesmo perante a existência de EAI (Anda et al., 2006; Moffitt, 1993). Estudos ressaltam a importância dos CA precoces como indicadores de futuros comportamentos desviantes (Loeber & Hay, 1997; Moffitt, 1993). No entanto, os resultados observados podem indicar que, embora as EBI sejam importantes, a sua relação com comportamentos criminosos específicos pode ser mediada por outros fatores ou influenciada por características individuais e contextuais, dado que não foi encontrado significado estatístico nos dados, apesar da relação esperada e negativa entre EBI e CV. Além disso, a literatura também aponta para uma associação entre CA e CV, com evidências de que CA na infância podem prever CV no futuro (Moffitt, 1993; Tremblay et al., 2004).

Por fim, para a hipótese 4 foi testado se “existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres quanto às EAI/EBI”, a literatura frequentemente relata variações de género na forma como EAI e CA se manifestam e influenciam comportamentos criminosos. Estudos destacam como o sexo masculino e feminino podem responder de maneira diferente a EAI e envolvimento em CA (Silverthorn & Frick, 1999; Viding et al., 2009). Neste estudo, a ausência de diferenças significativas entre sexos e EAI ou EBI sugere que as variações de género podem não ter sido suficientemente capturadas, ou que o impacto dessa variável na relação entre EAI, EBI e tipo de crime pode depender de fatores específicos não explorados aqui, como por exemplo, diferenças culturais ou sociais, suporte familiar ou comunitário, predisposição genética para CA.

Limitações do estudo

Este estudo, apesar das suas contribuições, apresenta várias limitações que devem ser consideradas para uma interpretação adequada dos resultados e para o planeamento de pesquisas futuras.

Primeiramente, a amostra do estudo é predominantemente masculina, o que limita a generalização dos resultados para a população feminina no sistema judicial (se bem que esta diferença no número de participantes, por sexo, reflita aquilo que são as características da população prisional nacional), uma vez que, quando os análises de dados foram realizadas, apenas tinha sido possível recolher num estabelecimento prisional feminino. Além disso, a recolha de dados através de autorrelato de informações dos indivíduos em reclusão pode apresentar imprecisões, devido a fatores como a falta de memória, enviesamento devido a desejabilidade social, e outros problemas individuais que afetam a precisão dos dados, como o medo de represálias, distorção intencional para manipular a perceção dos investigadores e dificuldade em processar experiências traumáticas passadas. Todos esses fatores podem comprometer a validade das informações obtidas.

O instrumento utilizado para avaliar as EAI não considera a frequência, intensidade e o período de desenvolvimento destas experiências, aspetos que podem influenciar significativamente os resultados. A ausência desses detalhes limita a compreensão do impacto real das adversidades na vida dos participantes e a interpretação das correlações observadas. Além disso, as correlações fracas e sem significado estatístico encontradas sugerem que outros fatores (e.g., ambiente socioeconómico desfavorável, influência de pares, acesso a

oportunidades de emprego, impacto dos traumas vivenciados) além das EAI podem influenciar os comportamentos dos participantes.

A presente amostra pode não refletir a totalidade das EAI, por limitação do instrumento utilizado, não captando outros eventos (e.g., exposição a conflito na comunidade ou em grupo de pares) que podem impactar o desenvolvimento do indivíduo. Este instrumento foi aplicado por permitir comparar os resultados obtidos com outros estudos, uma vez que o ACEs é o instrumento mais utilizado na literatura, por autorrelato, da presença de EAI.

Em suma, futuras pesquisas devem considerar a inclusão de múltiplas fontes de dados (e.g., avaliações psicológicas, documentos processuais) e fatores adicionais como os referidos anteriormente, e explorar mais aprofundadamente as características das EAI para oferecer uma visão mais precisa e abrangente do impacto das adversidades na vida dos indivíduos no sistema judicial. Para o efeito, pode ser considerada uma análise longitudinal que avalie de que forma as experiências se manifestam ao longo do tempo em diferentes contextos; a recolha de dados qualitativos, através de entrevistas para uma perspetiva pessoal dos participantes sobre as experiências vividas e como estas tiveram influência nas suas ações. Por fim, vale ressaltar que, face aos resultados obtidos, seria benéfico para futuras investigações avaliar variáveis que levam a uma maior perpetração de CNV, comparativamente a CV, nomeadamente o contexto socioeconómico, o percurso académico, influências familiares e sociais, saúde mental, acesso a recursos e oportunidades.

O presente estudo procurou contribuir a nível social e científico. Socialmente, os resultados ressaltam a relevância de compreender como EAI podem predispor indivíduos ao CA na vida adulta. Isso evidencia a necessidade de intervenções precoces, promovendo ambientes familiares e sociais mais seguros e saudáveis. Além disso, a identificação de EBI, como apoio emocional e vínculos positivos, pode orientar políticas públicas e programas de prevenção que fortaleçam essas relações na infância, contribuindo para a diminuição de CA no futuro. Cientificamente, contribui para a compreensão das interações entre fatores de risco e proteção, uma vez que a pesquisa fornece evidências sobre a importância de levar em consideração tanto as EAI quanto as EBI na formação do comportamento humano. Assim, o estudo não amplia apenas o entendimento sobre a origem do CA, mas também orienta futuras investigações.

Referências

- Almeida, T. C., Fernandes, R. M., & Cunha, O. (2023). The role of positive childhood experiences in the link between childhood maltreatment and affective lability in a sample of incarcerated men and women. *Child Abuse & Neglect*, 135, 105969. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105969>
- Almeida, T. C., Guarda, R., & Cunha, O. (2021). Positive childhood experiences and adverse experiences: Psychometric properties of the Benevolent Childhood Experiences Scale (BCEs) among the Portuguese population. *Child Abuse & Neglect*, 120, 105179. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105179>
- Alves, J., Dutra, A., & Maia, Â. (2013). História de adversidade, saúde e psicopatologia em reclusos: comparação entre homens e mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 701–709. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232013000300016>
- Anda, R. F., Butchart, A., Felitti, V. J., & Brown, D. W. (2010). *Building a framework for global surveillance of the public health implications of adverse childhood experiences*. American Journal of Preventive Medicine, 39(1), 93-98.
- Anda, R. F., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Walker, J. D., Whitfield, Ch., Perry, B. D., Dube, Sh. R., & Giles, W. H. (2006). The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 256(3), 174–186. <https://doi.org/10.1007/s00406-005-0624-4>
- Bandura, A. (1989). Social Cognitive Theory. In R. Vasta (Ed.). *Annals of Child Development. Six Theories of Child Development* (Vol. 6, pp. 1-60). Greenwich, CT: JAI Press.
- Beelmann, A., Arnold, L. S., & Hercher, J. (2023). Parent training programs for preventing and treating antisocial behavior in children and adolescents: A comprehensive meta-analysis of international studies. *Aggression and Violent Behavior*, 68(101798), 101798. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2022.101798>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss. Vol. I: Attachment*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss. Vol. II: Separation*. Basic Books.
- Braga, T., Cunha, O., & Maia, Â. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 40, 91–100. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.003>
- Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2005). Child Maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1(1), 409–438. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.1.102803.144029>

- Crandall, A., Miller, J. R., Cheung, A., Novilla, L. K., Glade, R., Novilla, M. L. B., Magnusson, B. M., Leavitt, B. L., Barnes, M. D., & Hanson, C. L. (2019). ACEs and counter-ACEs: How positive and negative childhood experiences influence adult health. *Child Abuse & Neglect*, 96(96), 104089. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104089>
- Código Processo Penal Português, Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto, Diário da República, 1ª série, n.º 166, 2007.
- Davis, C. G., Thake, J., & Weekes, J. R. (2012). Impression managers: Nice guys or serious criminals? *Journal of Research in Personality*, 46(1), 26–31. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2011.11.001>
- Dias, J. F. (2015). *Direito Penal: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., Koss, M. P., & Marks, J. S. (1998). Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245–258. [https://doi.org/10.1016/s0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/s0749-3797(98)00017-8)
- Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H., & Hamby, S. (2015). A revised inventory of Adverse Childhood Experiences. *Child Abuse & Neglect*, 48, 13–21. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.07.011>
- Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). *Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent, and chronic juvenile offenders*. *Child Abuse & Neglect*, 46, 163–173.
- Hays, R. D., Hayashi, T., & Stewart, A. L. (1989). A Five-Item Measure of Socially Desirable Response Set. *Educational and Psychological Measurement*, 49(3), 629–636. <https://doi.org/10.1177/001316448904900315>
- Henriques, B. M. (2016). QUALIDADE DA VINCULAÇÃO E COMPORTAMENTO ANTISOCIAL NA INFÂNCIA. *International Journal of Developmental and Educational Psychology. Revista INFAD de Psicologia*, 1(1), 35. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2014.n1.v1.347>
- Herrenkohl, T. I., Huang, B., Tajima, E. A., & Whitney, S. D. (2003). Examining the Link between Child Abuse and Youth Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(10), 1189–1208. <https://doi.org/10.1177/0886260503255558>
- Ho, G. W. K., Chan, A. C. Y., Chien, W.-T., Bressington, D. T., & Karatzias, T. (2019). Examining patterns of adversity in Chinese young adults using the Adverse Childhood

- Experiences-International Questionnaire (ACE-IQ). *Child Abuse & Neglect*, 88, 179–188. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.11.009>
- Jansen, L. M. (2022). The neurobiology of antisocial behavior in adolescence current knowledge and relevance for youth forensic clinical practice. *Current Opinion in Psychology*, 47, 101356. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2022.101356>
- Loeber, R., & Hay, D. (1997). Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48, 371–410. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.48.1.371>
- Masten, A. S., & Cicchetti, D. (2016). Resilience in development: Progress and transformation. In D. Cicchetti (Ed.), *Developmental psychopathology: Risk, resilience, and intervention* (pp. 271–333). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781119125556.devpsy406>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and Psychopathology*, 13(2), 355–375. <https://doi.org/10.1017/s0954579401002097>
- Narayan, A. J., Rivera, L. M., Bernstein, R. E., Harris, W. W., & Lieberman, A. F. (2018). Positive childhood experiences predict less psychopathology and stress in pregnant women with childhood adversity: A pilot study of the benevolent childhood experiences (BCEs) scale. *Child Abuse & Neglect*, 78, 19–30. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.022>
- Pechorro, P., Barroso, R., Silva, I., Marôco, J., & Gonçalves, R. A. (2016). Propriedades psicométricas da Escala de Respostas Socialmente Desejáveis - 5 (SDRS-5) em jovens institucionalizados. *PSICOLOGIA*, 30(1), 29–36. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v30i1.1065>
- Pechorro, P., Nunes, C., Gonçalves, R., Jesus, S., & Simões, M. (2019). A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis-5: Validação numa Amostra Escolar de Jovens Portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico Y Evaluación – E Avaliação Psicológica*, 52(3). <https://doi.org/10.21865/ridep52.3.02>
- Penajoia, M. S., Pinho, M. S., & Dias, I. T. (2015). Influência da familiaridade com procedimentos judiciais de interrogatório na sugestionabilidade interrogativa de

- reclusos reincidentes. *Análise Psicológica*, 33(3), 251–264.
<https://doi.org/10.14417/ap.861>
- Silva, S., & Maia, A. (2008). Adverse childhood experiences in adults with morbid obesity. *Acta Médica Portuguesa*, 20(6), 495–502. <https://doi.org/10.20344/amp.89>
- Silverthorn, P., & Frick, P. J. (1999). Developmental pathways to antisocial behavior: The delayed-onset pathway in girls. *Development and Psychopathology*, 11(1), 101–126. <https://doi.org/10.1017/S0954579499001972>
- Sistema de Segurança Interna (2023). Relatório anual de segurança interna (2023). Disponível em <https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna>. Acedido a 21 de setembro de 2024.
- Toth, S. L., & Cicchetti, D. (2013). A Developmental Psychopathology Perspective on Child Maltreatment. *Child Maltreatment*, 18(3), 135–139.
<https://doi.org/10.1177/1077559513500380>
- Tremblay, R. E., Nagin, D. S., Séguin, J. R., Zoccolillo, M., Zelazo, P. D., Boivin, M., Pérusse, D., & Japel, C. (2004). Physical aggression during early childhood: Trajectories and predictors. *Pediatrics*, 114(1), e43–e50. <https://doi.org/10.1542/peds.114.1.e43>
- Viding, E., Fontaine, N. M., & McCrory, E. J. (2012). Antisocial behaviour in children with and without callous-unemotional traits. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 105(5), 195–200. <https://doi.org/10.1258/jrsm.2011.110223>
- Widom, C. S. (1997). Childhood victimization: Early adversity and subsequent psychopathology. In D. Cicchetti & S. L. Toth (Eds.), *Rochester Symposium on Developmental Psychopathology, Vol. 8: Developmental perspectives on trauma: Theory, research, and intervention* (pp. 1–28). University of Rochester Press.